

Por YONAI SÁNCHEZ.

No ano em que nasci foi celebrado o primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba e a centralização do comércio e serviços era quase absoluta. Só se podia adquirir - fora do mercado racionado - alguns livros, os jornais e as entradas de cinema. O restante dos produtos e prestações estava sob o austero sinal do restrito, contido na cota subvencionada que recebíamos a cada mes. Inclusive para adquirir uma lâmina de barbear devia-se apresentar a caderneta na qual a vendedora marcava o número correspondente nas folhas finas.

Com a comida acontecia algo parecido e especialmente com os frutos dos nossos campos férteis que eram distribuídos em quantidades limitadas à cada consumidor. A batata era das mais controladas pelo olho estatal. Durante toda minha vida este tubérculo saboroso esteve exclusivamente nas prateleiras dos mercados racionados; chegava a cada tres ou quatro meses para dar-nos a honra da sua presença e do seu sabor. Eu sonhava com puré untado com manteiga e com batatinhas fritas saltando do prato. Cheguei a pensar que sua suave textura era colhida nas remotas pradarias siberianas e não nos sulcos do meu próprio país.

Os camponeses privados estavam obrigados a vender sua produção de batatas ao estado, que penalizava com força quem violava norma tão estrita. De modo que nos acostumávamos a vê-la aparecer em nossos pratos poucas vezes ao ano e guardá-las em nossas fantasias culinárias. Foi assim que há algumas semanas o governo de Raúl Castro decidiu liberar sua venda e tirá-las cada vez mais do esgotado mercado racionado. Já não é necessário mostrar um documento para poder comprar um kilo de batatas, porém agora nos faz falta que regressem, que possamos colocá-las em nossas bolsas e levá-las para casa.

Traduzido por Humberto Sisley de Souza Neto